

CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: ARQUITETURA COMO MEIO PARA A QUALIFICAÇÃO E A INCLUSÃO SOCIAL

Mariana Ramos Hoffmann¹, Jeferson Eduardo Suckow²

Resumo

A qualificação profissional é um fator estratégico para o desenvolvimento econômico e a inclusão social, especialmente em municípios com desigualdades e baixa oferta de cursos gratuitos. Em Videira (SC), embora existam instituições voltadas ao ensino técnico, grande parte dos cursos é paga e pouco alinhada às demandas produtivas locais. O projeto do Centro de Educação Profissional busca suprir essa lacuna ao propor uma estrutura acessível, gratuita e direcionada às áreas de maior geração de empregos, como indústria alimentícia, comércio, transporte e serviços. O artigo apresenta a fundamentação teórica da educação profissional no Brasil, sua relação com o mercado de trabalho e seu papel na redução das desigualdades. Também discute estudos de caso e a análise do terreno selecionado, indicando diretrizes para um anteprojeto que integre acessibilidade, flexibilidade espacial, conforto ambiental e pertencimento comunitário. A proposta considera a população em vulnerabilidade social e tem como objetivo ampliar oportunidades de formação, renda e autonomia.

Palavras-chave: educação profissional; inclusão social; mercado de trabalho; qualificação; arquitetura educacional.

1 INTRODUÇÃO

A qualificação profissional constitui um elemento central para o desenvolvimento econômico e social, ampliando oportunidades de emprego, renda e autonomia, especialmente entre populações vulneráveis. Em Videira (SC), apesar da presença de instituições como SENAI e SENAC, a oferta de

cursos gratuitos permanece limitada e, muitas vezes, pouco alinhada às reais demandas produtivas do município. Como resultado, parte significativa da população enfrenta barreiras para a inserção no mercado de trabalho, enquanto setores produtivos seguem com dificuldades para preencher vagas qualificadas.

Dados do Mapa do Trabalho Industrial (CNI, 2025–2027) apontam a necessidade de qualificar mais de 953 mil profissionais em Santa Catarina. Em Videira, áreas como alimentos, comércio e transporte concentram grande parte das oportunidades, mas sofrem com escassez de mão de obra capacitada. Somam-se a isso baixos índices de escolaridade e renda, fatores que perpetuam desigualdades e limitam o desenvolvimento socioeconômico local.

Diante desse contexto, propõe-se o desenvolvimento de um Centro de Educação Profissional voltado à formação gratuita, acessível e implantado em regiões de maior vulnerabilidade social, como o bairro Campo Experimental. A iniciativa visa descentralizar oportunidades educacionais, ampliar a inclusão e fortalecer o vínculo entre formação técnica e território. Este artigo apresenta a fundamentação teórica, os estudos de caso, a análise da área de implantação e as diretrizes arquitetônicas que embasam o anteprojeto do Centro.

2 DESENVOLVIMENTO

A educação profissional dispõe de uma trajetória estreitamente vinculada ao desenvolvimento econômico e às transformações tecnológicas da sociedade. Desde os períodos mais remotos, os saberes relacionados ao trabalho eram transmitidos de forma prática entre gerações, configurando um modelo de formação que, embora rudimentar, já evidenciava a relevância da qualificação técnica. Com o avanço da Revolução Industrial, essa necessidade tornou-se ainda mais evidente, pois o processo produtivo passou a demandar trabalhadores cada vez mais especializados. No entanto, o acesso ao conhecimento permaneceu restrito às elites, enquanto a classe trabalhadora era excluída da educação formal, conforme destacam

Manfredi (2002) e Wittaczik (2008). O receio de que trabalhadores instruídos questionassem suas condições reforçou uma relação histórica entre conhecimento, poder e desigualdade.

No Brasil, o ensino técnico ganhou institucionalidade a partir de 1909, com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices. Ao longo do século XX, o surgimento do SENAI, SENAC e demais instituições do Sistema S consolidou a educação profissional como estratégia de fortalecimento econômico, marcada pela aproximação entre ensino e setor produtivo. A modernização dessa estrutura foi potencializada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/1996, que integrou educação, trabalho, ciência e tecnologia, formalizando modalidades e ampliando o papel social da formação técnica. Esse conjunto normativo permitiu o avanço de políticas públicas voltadas à democratização do acesso e à oferta de cursos gratuitos, ampliando oportunidades de formação continuada para populações vulneráveis.

A literatura evidencia que maiores níveis de escolaridade estão diretamente associados a melhores salários, maior formalização e estabilidade profissional. Em períodos de crise econômica, a educação profissional assume papel ainda mais relevante, pois facilita a reinserção de adultos no mercado de trabalho e fortalece trajetórias laborais interrompidas. Em Santa Catarina, essa dinâmica se intensifica devido à forte presença dos setores industrial e agroalimentar. O Mapa do Trabalho Industrial (CNI, 2025–2027) projeta a necessidade de qualificar mais de 953 mil profissionais no período, com destaque para as áreas de alimentos, logística, mecânica e serviços. Em Videira, setores como indústria alimentícia, comércio e transporte concentram grande parte das vagas de emprego, mas enfrentam carência de mão de obra qualificada. Essa lacuna reforça a necessidade de um equipamento educacional gratuito, acessível e alinhado às demandas reais do município.

Além de atender necessidades de mercado, a educação profissional é reconhecida como ferramenta de inclusão social, capaz de romper ciclos de pobreza e ampliar horizontes para jovens e adultos em situação de vulnerabilidade. A transmissão intergeracional da desigualdade, discutida por

Barros et al. (2001), demonstra que o acesso à educação de qualidade altera trajetórias familiares ao longo do tempo. Políticas públicas como o Pronatec e a expansão da Rede Federal de Educação Profissional comprovam o impacto positivo da formação técnica na redução das desigualdades territoriais. Por esse motivo, equipamentos educacionais bem implantados e acessíveis desempenham papel estratégico na transformação urbana e social.

Com essa fundamentação, o estudo avançou para a análise de referências projetuais que orientassem a concepção arquitetônica. O Centro de Capacitação Vocacional Ecove, na Índia, apresentou soluções de simplicidade construtiva, ventilação natural e valorização do pátio central como espaço de convivência e conforto climático. O Instituto Ser Cidadão, no Rio de Janeiro, destacou-se pela integração entre preservação histórica e intervenções contemporâneas, pela qualidade dos espaços coletivos e pela organização eficiente dos fluxos internos. Essas referências contribuíram diretamente para a definição de diretrizes projetuais que incluem a centralidade do pátio, a criação de percursos intuitivos, a priorização da iluminação e ventilação naturais, a valorização da permanência, a conexão com o território e o uso de materiais duráveis e de baixa manutenção.

A análise urbana detalhada do bairro Campo Experimental revelou um território marcado por vulnerabilidade social, predominância de famílias de baixa renda, dependência de programas de assistência e ausência de equipamentos educacionais gratuitos. O terreno selecionado apresentou vantagens significativas, como abrangência territorial, proximidade ao transporte público, conexão com o eixo institucional do Instituto Federal Catarinense e topografia favorável à implantação. A leitura do lote, associada às diretrizes urbanísticas e às condições do entorno, permitiu identificar condicionantes essenciais para a definição do partido arquitetônico.

Com base nesses estudos, foram definidos os principais setores do projeto, incluindo espaços pedagógicos como salas de aula, laboratórios técnicos, biblioteca e apoio educacional, além dos setores administrativo, de convivência e de serviços, todos articulados pelo pátio central. A organização

espacial buscou garantir funcionalidade, acessibilidade universal e flexibilidade, possibilitando diferentes arranjos pedagógicos e adaptações futuras. Os laboratórios foram posicionados em áreas de menor insolação e maior demanda de isolamento acústico, enquanto salas teóricas e ambientes de convivência foram orientados para áreas mais ventiladas e iluminadas. O setor administrativo foi implantado próximo ao acesso principal para facilitar o atendimento e a gestão do edifício.

O partido arquitetônico adotou o pátio central como elemento estruturador, capaz de organizar circulação, promover integração e qualificar as áreas de convivência. O espaço favorece encontros, descanso e interação entre os usuários. A cobertura foi projetada para proteger contra intempéries, garantindo iluminação natural. A implantação respeitou os afastamentos obrigatórios, priorizou áreas permeáveis e incorporou espaços de socialização.

As escolhas materiais priorizaram durabilidade, fácil manutenção e baixo custo operacional, requisitos essenciais para edificações públicas. O uso de elementos vazados, brises e outras soluções passivas de sombreamento contribuiu para o conforto térmico, enquanto a ventilação cruzada assegurou boa qualidade ambiental nos espaços internos. A linguagem arquitetônica buscou equilíbrio entre simplicidade e identidade, criando um equipamento que transmite acolhimento e pertencimento sem perder clareza funcional.

O resultado arquitetônico obtido representa a síntese das análises realizadas, integrando aspectos urbanos, sociais, pedagógicos e construtivos. O projeto busca responder às necessidades reais de Videira e do bairro Campo Experimental, oferecendo um equipamento acessível, eficiente e transformador. Mais do que um edifício, o Centro de Educação Profissional se apresenta como um instrumento de inclusão e desenvolvimento, articulando educação, arquitetura e território em uma proposta integrada e sensível às especificidades do contexto local.

3 CONCLUSÃO

A criação de um Centro de Educação Profissional em Videira (SC) mostra-se uma estratégia essencial para enfrentar desigualdades e ampliar oportunidades de qualificação. O estudo evidenciou que a educação profissional, quando ofertada de forma acessível e alinhada às demandas produtivas locais, contribui para a empregabilidade, a autonomia econômica e a redução de vulnerabilidades sociais. A articulação entre fundamentação teórica, estudos de caso e diagnóstico urbano reforçou a importância de soluções arquitetônicas simples, integradoras e sustentáveis.

No âmbito projetual, o anteprojeto desenvolvido materializa essas diretrizes ao propor uma arquitetura funcional, acolhedora e orientada ao bem-estar dos usuários. A organização dos ambientes em torno de um pátio central promove integração, permanência e ventilação natural, enquanto a setorização clara dos setores pedagógico, administrativo, de convivência e de serviços assegura eficiência e facilidade de uso. As escolhas materiais priorizam durabilidade, baixa manutenção e conforto ambiental, elementos fundamentais para edificações públicas. A implantação no lote respeita as características do bairro Campo Experimental, favorecendo acessibilidade, conexão urbana e pertencimento comunitário.

Assim, o resultado arquitetônico sintetiza território, inclusão social e funcionalidade em uma proposta coerente e sensível ao contexto local. Mais do que abrigar atividades, o edifício busca oferecer condições reais para transformar vidas, consolidando o Centro de Educação Profissional como um equipamento capaz de unir educação, arquitetura e desenvolvimento social em uma solução efetiva e inspiradora.

REFERÊNCIAS

- BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2001.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Educação Profissional e Tecnológica: conceitos e fundamentos. Brasília: MEC, 2020.

CNI – Confederação Nacional da Indústria. Mapa do Trabalho Industrial 2025–2027. Brasília: CNI, 2024.

GEOMIS – Governo de Santa Catarina. Plataforma de Informações Socioeconômicas Municipais. Disponível em: <https://geomis.sc.gov.br>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2022: características gerais da população e dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática. Indicadores educacionais e socioeconômicos do município de Videira.

MACIEL, N. F.; ROCHA, S. P. Educação profissional e empregabilidade: desafios contemporâneos para a inserção no mercado de trabalho. Revista Educação & Trabalho, v. 12, n. 2, 2021.

MANFREDI, S. M. Educação Profissional e Sociedade: desafios da formação para o trabalho. São Paulo: Cortez, 2002.

SCHWARTZMAN, S.; CASTRO, C. M. Educação, Trabalho e Poder. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. Panorama do Ensino Profissionalizante no Brasil. Brasília: SENAC, 2022.

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Brasília: SENAI, 2023.

UNESCO. Educação Técnica e Profissional: perspectivas globais. Paris: UNESCO, 2020.

VIDEIRA (SC). Prefeitura Municipal. Plano Municipal de Desenvolvimento Integrado – PMDI e indicadores socioeconômicos. Disponível em: <https://videira.sc.gov.br>

WITTACZIK, L. C. A educação profissional no Brasil: origens, contradições e permanências. Revista HISTEDBR, v. 8, n. 2, 2008.

Sobre o(s) autor(es)

¹Discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo – ACET – Unoesc. E-mail: mariana.hoffmann@unoesc.edu.br.

²Docente/pesquisador do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc). Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas Linguagem e Expressão do Design Urbano. E-mail: jeferson.suckow@unoesc.edu.br.